

Indicadores Sociais

2006

INDICADORES SOCIAIS 2006

O Instituto Nacional de Estatística divulga os principais Indicadores Sociais relativos a 2006. Todos os dados relativos a esta publicação estão disponíveis em www.ine.pt.

A publicação **Indicadores Sociais** tem por objectivo a divulgação anual da informação estatística de âmbito social. A edição 2006 encontra-se organizada em onze capítulos temáticos, contendo os indicadores mais relevantes em cada domínio.

Em alguns capítulos apresentam-se indicadores para a União Europeia (EU), permitindo, assim, um enquadramento relativo da situação portuguesa.

Saldo migratório continua a constituir o principal factor do crescimento da população

Entre 2000 e 2006, a população residente em Portugal aumentou 3,3%, denotando um ritmo de crescimento médio anual (0,5%), semelhante ao verificado na década de 90, entre os momentos censitários de 1991 e 2001. O crescimento verificado entre 2000 e 2006 fica, essencialmente, a dever-se aos saldos migratórios positivos, que, no entanto, têm vindo a diminuir de intensidade, de forma acentuada desde o ano de 2002.

Numa análise por sexo verifica-se que o aumento do número de homens, entre 2000 e 2006 é superior ao do número de mulheres (respectivamente 3,6% e 3,1%), traduzindo-se num consequente impacto na alteração da relação de masculinidade que passa de 93,3 para 93,8 homens por cada 100 mulheres.

O envelhecimento da população continua, passando as pessoas com 65 e mais anos, a constituir 17,3% da população residente, em 2006, contra 16,4%, no ano de 2000.

Os indicadores relacionados com este fenómeno confirmam estas tendências: o Índice de Envelhecimento, que passa, entre 2000 e 2006, de 102 para 112 idosos por cada 100 jovens, enquadrando-se na tendência europeia (UE25), que prevê a existência de 114 idosos para cada 100 jovens, em 2010; igualmente o Índice de Longevidade evidencia o aumento de 41 para 45 do



número de pessoas com 75 e mais anos, por cada 100 pessoas com 65 e mais anos.

A população estrangeira, com estatuto legal de residente em Portugal, com origem em países africanos continuou a ser maioritária (39,4%), em 2006. No entanto, o seu peso relativo diminuiu, quando comparado com o ano 2000, momento em que representava 47,6%. Ao contrário, a população com estatuto legal de residente oriunda de países europeus, da América Central e do Sul e da Ásia reforçou a sua presença, representando, em 2006, respectivamente, 37,4% (29,7% em 2000), 14,5% (13,2% em 2000) e 5,4% (4,2% em 2000).

Menos casamentos e em idades superiores

Entre 2000 e 2006, a idade média dos homens ao primeiro casamento passou de 27,5 para 29,1 anos. No caso das mulheres esta tendência é semelhante, passando de 25,7 para 27,5 anos.

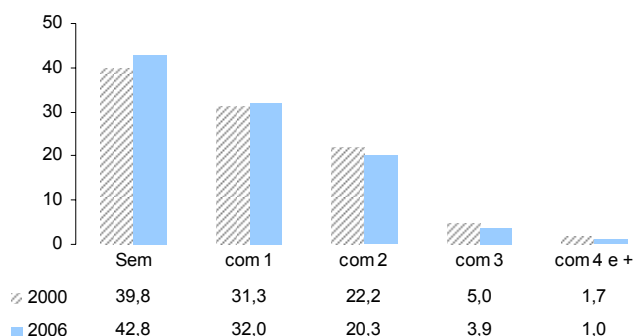
No mesmo período, o número de casamentos diminuiu 24,9%, variação explicada, exclusivamente, pela diminuição dos casamentos católicos (-39,6%), tendo os casamentos só civis registado uma ligeira subida (2,1%). Porém, em 2006, pelo segundo ano consecutivo, a taxa bruta de

nupcialidade apresentou uma ligeira desaceleração na tendência decrescente deste indicador (-0.1 pontos ‰), face ao ano anterior. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira com, respectivamente, 6,0‰ e 5,4‰ continuavam a mostrar, no mesmo ano, valores bastante superiores à média nacional (4,5‰). Os casamentos com residência anterior comum representavam 26,6% do número total de casamentos, quando em 2000, representavam metade desta proporção (13,3%).

A percentagem de nados-vivos fora do casamento aumentou, passando de 22,2% para 31,6%, tendo a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho passado de 26,5 para 28,1 anos, de 2000 para 2006.

Em 2006, 45,7% das famílias eram constituídas por uma ou duas pessoas, enquanto que em 2000, representavam 42,0%. Por outro lado, o número de famílias com filhos continuou a diminuir.

Estrutura das famílias, por número de filhos
(percentagem)



No ano de 2006, a taxa bruta de divorcialidade embora tendo aumentado, quando comparada com a do ano 2000, passando de 1,9‰ para 2,2‰, traduz uma relativa estabilidade desde 2003.

Em 2006, 49,6% da população entre os 20 e os 24 anos, completou pelo menos o ensino secundário. Em 2000, esta percentagem era de 43,2.

A percentagem de mulheres entre os 20 e os 24 anos que completou pelo menos o ensino secundário continuou, em 2006, a ser, claramente, superior à dos homens (58,6% contra 40,8 %). Estes valores relativos são, contudo, inferiores aos da União Europeia (EUR=25) que se situavam nos

80,9% no caso das mulheres e nos 74,7%, no caso dos homens.

O número de alunos matriculados no ensino superior manteve, no ano lectivo de 2005/06, a tendência decrescente que se começou a delinear a partir do ano lectivo de 2002/03, abrangendo ambos os sexos e independentemente da natureza institucional do estabelecimento de ensino. É, no entanto, uma tendência contrariada, neste último ano lectivo, pelos níveis de ensino de Especialização pós-licenciatura, Mestrado e Doutoramento. Ainda em 2005/06, os alunos inscritos neste tipo de ensino representavam perto de 7% do total de alunos inscritos no ensino superior, quando em 2000/01 representavam 3,7%. O número de diplomados passou, no mesmo período de 61.140 para 71.828, continuando as mulheres a representar mais de 65%.

Concluíram-se, em 2006, 1.276 doutoramentos, ocupando o domínio das Ciências Sociais e Humanas o primeiro lugar, com cerca de 39%, seguido do de Ciências da Engenharia e Tecnologia, com perto de 21%.

Em 2006, existiam cerca de 32 reformados, por cada 100 empregados; em 2000 este número era de cerca de 30.

Em 2006, a taxa de actividade foi, de 52,7%, o que traduz um aumento de 1,7 pontos percentuais relativamente a 2000.

Ainda por referência ao ano 2006, quando comparado com o ano anterior, o crescimento da população empregada (0,7%) continuou a encontrar nos Serviços o sector de actividade com maior crescimento, enquanto, por outro lado a Agricultura, Silvicultura e Pesca perde importância relativa, embora, em ambos os casos com ritmos mais moderados (respectivamente 1% e -0,4%).

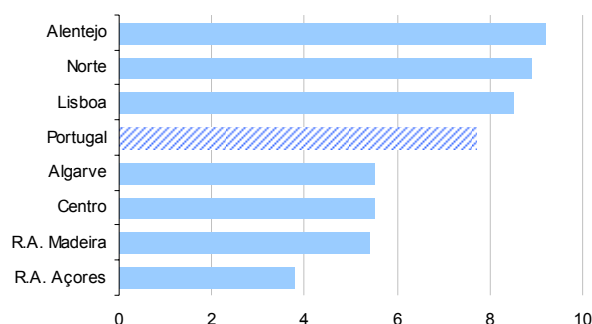
Relativamente ao nível de ensino completado pela população empregada, quando comparados os resultados de 2006 com os de 2000, verificou-se, um decréscimo do número de pessoas com o ensino básico ou inferior (cerca de -7%) e, por outro lado um crescimento de 39%, no nº de pessoas com os níveis de ensino secundário ou superior.

No mesmo período, no que se refere aos tipos de contrato dos trabalhadores por conta de outrem, registou-se um crescimento de 23,7% nos contratos

com termo (a prazo) e de 6% nos contratos colectivos e individuais sem termo.

A região do Alentejo continuava a deter, em 2006, a taxa de desemprego mais elevada (9,2%), enquanto a Região Autónoma dos Açores registava a mais baixa (3,8%). A média nacional situou-se em 7,7%.

Taxa de desemprego, por região NUTS II
2006
(percentagem)



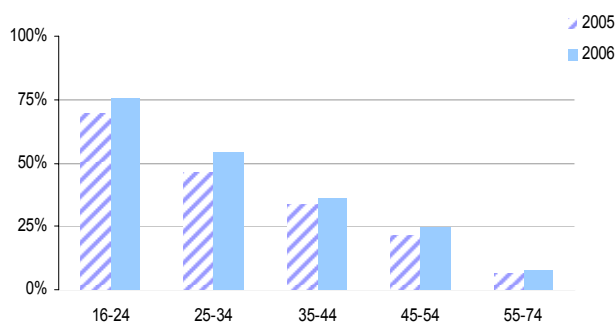
Nesse mesmo ano, as mulheres continuavam a registar, uma taxa de desemprego mais elevada (9,0%) relativamente à dos homens (6,5%), acentuando-se a diferença para 2,5 pontos percentuais.

O salário mínimo nacional teve, em 2006, um aumento nominal de 3,0%, traduzindo-se num crescimento real de -0,1%.

Posse de telemóveis com ligação à Internet aumentou significativamente em 2006, 26,6% do total de agregados domésticos possui pelo menos um telemóvel com ligação à Internet, o que representa um aumento de 11,4 p.p. relativamente ao ano anterior.

De igual forma, a posse de computador continuou a aumentar em 2006, ano em que 45,6% dos agregados domésticos possuía este meio, 35,2% acediam à Internet e, 24% utilizavam a banda larga. São maioritariamente os jovens, dos 16 aos 24 anos, quem mais utiliza os computadores e mais acede à Internet.

Utilização de Internet, por grupo etário



A Internet continua a ser, maioritariamente, procurada com o objectivo de pesquisa de informação sobre bens e serviços (83,8%), bem como de envio e recepção de *e-mails* (80,9%).

No entanto, outras utilizações têm vindo a aumentar, destacando-se as pesquisas de informação sobre a saúde, o preenchimento e envio de impressos e formulários oficiais e o recurso a portais da Administração Pública com serviços administrativos integrados.

Dos indivíduos com idades entre os 16 e os 74 anos que efectuaram comércio electrónico em 2006, 36,4% fizeram-no para a compra ou encomenda de livros, revistas, jornais e material de *e-learning*, 23,8% para comprar ou encomendar viagens e alojamento e 23,3% para comprar ou encomendar filmes e música.

No ano lectivo 2006/2007 existiam 151.126 computadores, em escolas do ensino não superior, dos quais 118.995 dispunham de acesso à Internet. Dos computadores que dispunham de acesso à Internet, 77% pertenciam a estabelecimentos do ensino público.

Em 2006, a taxa de pobreza após as transferências sociais foi de 18%

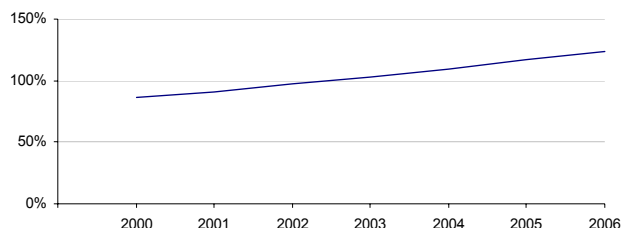
A taxa de pobreza após transferências sociais, em 2006, é mais baixa 2 p.p. do que a que se registava em 2004 (20%). Também a taxa de pobreza antes das transferências sociais diminuiu, passando, no mesmo período, de 27% para 25%.

Numa análise da evolução do Índice de Preços no Consumidor, entre os anos de 2000 e 2006 observa-se que os maiores crescimentos de preços se verificaram nos bens e serviços de Educação (44,8%), Bebidas alcoólicas e Tabaco (34,0%) e Transportes (32,7%). Os bens e serviços de Comunicações sofreram um decréscimo de 4,8%.

No mesmo ano, as tarifas de electricidade e gás natural aplicadas no consumo final doméstico eram, respectivamente 24,4% e 37,5% mais elevadas do que a média europeia (EU=25).

O endividamento de particulares, em percentagem do rendimento disponível tornou a aumentar em 2006, situando-se nos 124%.

Evolução do rendimento dos particulares em percentagem do rendimento disponível 2000 - 2006

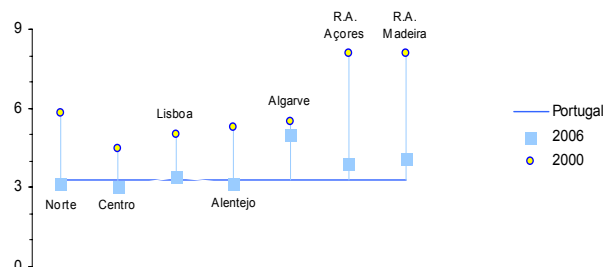


Diminuiu o número de casos notificados de doenças de declaração obrigatória (DDO)

O número de casos notificados de DDO passou de 13.464, apurados no ano 2000, para 4.505, em 2006 (cerca de 1/3). Diminuíram, também, os casos de SIDA diagnosticados, tendo passado de 1.022, no ano 2000, para 577, em 2006.

No mesmo período, a mortalidade infantil passou de 5,5‰ para 3,3‰. Por região NUTS II, esta taxa apresentou, no ano de 2006, uma maior incidência na região do Algarve (5,0‰).

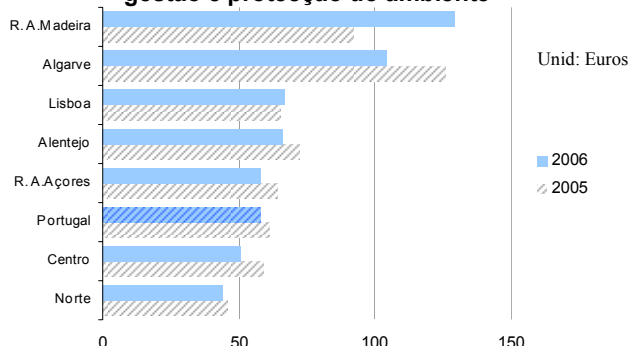
Taxas de mortalidade infantil, por região NUTS II (permilagem)



Em 2006 os municípios despenderam 615,3 milhões de euros na gestão e protecção do ambiente

Em 2006, as despesas dos municípios, por habitante, em gestão e protecção do ambiente, diminuíram 4,9%, face ao ano anterior. Os maiores decréscimos verificaram-se nas Regiões do Algarve (-17,5%) e Centro (-13,6%). A Região Autónoma da Madeira com um crescimento de 40,2% passou a ser a Região com o valor médio por habitante mais elevado (129 euros), enquanto a Região Norte registou um valor médio anual de 44 euros, por habitante.

Gastos dos municípios, por habitante, em gestão e protecção do ambiente



Em 2006, Portugal incinerou 95 kg de resíduos sólidos, por habitante, o que constitui um valor abaixo da média europeia (EU25=104 kg, por habitante). Por outro lado foram enviados para os aterros sanitários 274 kg, por cada habitante, situando-se a média europeia (EU25) em 206 kg, por habitante.

Mais de metade da criminalidade registada é constituída por crimes contra o património

Entre 2000 e 2006, o número de crimes registados pelas autoridades policiais aumentou 10,2%.

Quadro 1 – Crimes registados pelas autoridades policiais, por tipo de crime

Variação percentual entre 2000 e 2006	
Total	10,2
○ contra as pessoas	16,2
○ contra o património	0,2
○ contra a paz e humanidade, crimes contra a vida em sociedade	21,9
○ contra o Estado	89,9
○ previstos em legislação penal avulsa	44,6

Uma análise comparativa das estruturas, indica uma tendência de diminuição da importância relativa dos crimes contra o património, embora continuem a representar, no último ano em análise, mais de metade da criminalidade registada.

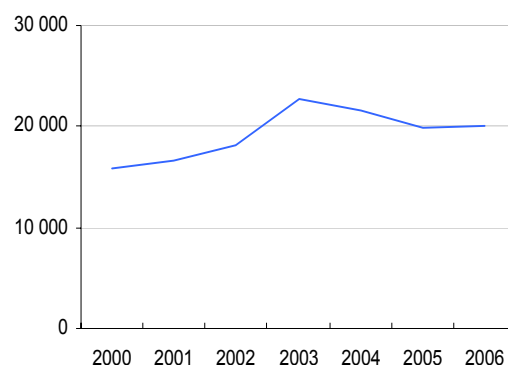
Quadro 2 - Crimes registados pelas autoridades policiais

Estruturas, por tipo de crime		
	2000	2006
Total	100,0	100,0
○ contra as pessoas	22,9	24,1
○ contra o património	58,8	53,4
○ contra a paz e humanidade, contra a vida em sociedade	9,4	10,4
○ contra o Estado	0,9	1,5
○ previstos em legislação penal avulsa	8,1	10,6

Em 2006, face a 2005, o número de crimes registados aumentou 1,5%, tendo as variações mais significativas, pela sua importância estrutural, ocorrido em crimes contra as pessoas que registaram uma variação de +6,1% e, de sinal contrário, em crimes contra o património com -0,9% do total de crimes registados.

O número de crimes de condução com taxas de álcool igual ou superior a 1,2 gramas por litro, tendo, embora, descido entre 2003 e 2005, voltou a aumentar em 2006, tendo-se registado um agravamento de 1,7 %.

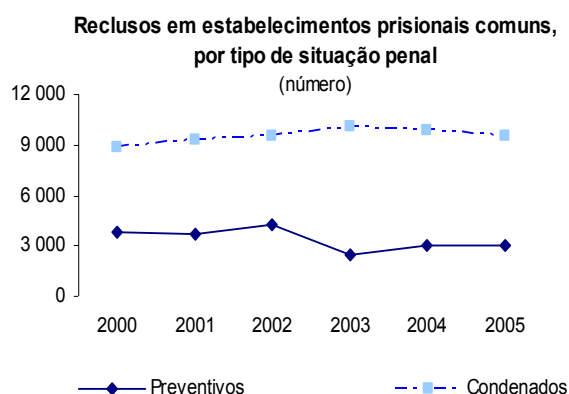
Crimes de condução com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 gramas/litro (número)



O número de condenados em processos-crime, na fase de julgamento findo pelos tribunais judiciais de 1ª Instância, aumentou 25% entre 2000 e 2005.

O número de reclusos preventivos, relativamente ao total, baixou de 30%, em 2000, para 23%, no ano de 2006.

Dos reclusos existentes em 2006, 7% eram mulheres.



A oferta de espectáculos ao vivo quase triplicou entre 2000 e 2006

As despesas dos Municípios apresentaram, em 2006, pela primeira vez no conjunto dos últimos seis anos, um crescimento negativo de cerca de 12% face ao ano anterior. Esta situação não é homogénea entre os vários domínios; a despesa em património cultural e publicações e literatura, que representava conjuntamente, em 2005, cerca de 17% da despesa total, passou a representar cerca de 20%, em 2006. De sinal contrário destaca-se, pelo volume das verbas envolvidas, os Jogos e Desportos com um decréscimo de aproximadamente 23%. Este domínio que representava em 2005, mais de 42% da despesa, passou, em 2006, a representar perto de 37%.

A oferta de espectáculos ao vivo quase que triplicou entre 2000 e 2006, com a contribuição de todos os tipos de espectáculo, destacando-se, no entanto, os espectáculos de Música e Dança que mais do que quadruplicaram o número de sessões. No mesmo período, o número de espectadores cresceu, igualmente, passando de uma média de 338, para 356 espectadores por sessão. Este aumento da média de espectadores por sessão não foi, no

entanto, acompanhado pelos espectáculos de Ópera e Outros.

Em 2006, o número médio de espectadores de cinema por sessão foi de 24,6. Nesse mesmo ano, assistiram em média a cada filme exibido, com origem nos EUA, 31.714 espectadores enquanto cada filme exibido, com origem em Portugal, teve uma assistência média de 11.053 espectadores.

Existiam 291 museus em Portugal, no ano de 2006, tendo recebido 10 315.146 visitas. Os Monumentos musealizados e Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários motivaram mais de metade dessas visitas (54,7%), seguidos dos Museus de Arte com 16%.

A Publicação Indicadores Sociais 2006 será editada brevemente em papel.

Para a execução da publicação “Indicadores Sociais 2006” recorreu-se às seguintes fontes de informação:

INE – Estimativas da População Residente; INE – Estatísticas Demográficas; INE – Projecções de População Residente; SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; EUROSTAT – Indicadores de Longo Prazo; INE – Inquérito ao Emprego; INE – Contas Nacionais; MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; ME – Ministério da Educação; MTSS – Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho; MTSS – Gabinete de Estratégia e Planeamento; INE – Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias; INE/UMIC – Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação nos Hospitais; Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional; ANACOM – Relatórios Estatísticos Trimestrais; ME – GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação – Recenseamento Escolar Anual; INE/ANACOM – Inquérito às Telecomunicações; INE – Contas Regionais; INE – Índice de Preços no Consumidor; INE – Estudo do Poder de Compra Concelhio; EUROSTAT – Indicadores Estruturais; Banco de Portugal – Relatório Anual de 2006; Direcção-Geral do Tesouro; INE – Estatísticas da Protecção Social; MTSS – II – Instituto de Informática, I. P.; MTSS – IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; MS – IGIFS – Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde; ISP – Instituto de Seguros de Portugal; INE – Estatísticas da Saúde; INSA – Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis; INE – Estatísticas do Ambiente; INR – Instituto dos Resíduos; Ministério da Justiça – Direcção-Geral da Política de Justiça; INE – Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio; ICA – Instituto do Cinema e Audiovisual; INE – Estatísticas do Turismo.

De uma forma geral, toda a informação apresentada nesta publicação encontra-se disponível em vários suportes de difusão, produzidos e divulgados pelo INE, aconselhando-se a consulta do site www.ine.pt para maior detalhe e eventual actualização de alguns indicadores apresentados.